

REGULAMENTO ELEITORAL SICOOB CREDESP

1ª Edição em 18/12/2014
Última atualização 18/04/2024 – 4ª Edição

*4ª Edição Aprovada na Assembleia Extraordinária
Datada de 18/04/2024*

TÍTULO I DO OBJETIVO	4
TÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO GERAL DO PROCESSO ELEITORAL	4
CAPÍTULO I	4
Do Início do Processo Eleitoral	4
CAPÍTULO II	4
Da Comissão Eleitoral	4
CAPÍTULO III	5
Do Processo de Divulgação das Eleições e Formação de Novos Líderes	5
CAPÍTULO IV	5
Das Chapas para Eleição do Conselho de Administração	5
Seção I	5
Da Formação	5
Seção II	5
Do Registro de Chapa	5
CAPÍTULO V Dos Exames dos Pedidos de Registros de Chapas/Candidatos	6
CAPÍTULO VI Da Divulgação das Chapas/Candidaturas Inscritas	7
CAPÍTULO VII Da Impugnação de Candidatura	7
Seção I	7
Do Prazo e das Condições	7
Seção II	7
Do Exame	7
Seção III	7
Interposição de Recurso	7
CAPÍTULO VIII	8
Da Renúncia da Candidatura	8
TÍTULO III DA CONDUÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL	8
CAPÍTULO I	8
Da Cédula e Local de Votação	8
CAPÍTULO III	9
Da Apuração dos Votos	9
CAPÍTULO IV	10
Da Declaração dos Eleitos	10
TÍTULO IV	10
DO PROCESSO ELEITORAL SEMIPRESENCIAL OU A DISTÂNCIA	10
TÍTULO V	10
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	10

Anexo 11

Modelo de requerimento de registro de chapa/candidatura 11

**REGULAMENTO ELEITORAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO
UNIÃO DO CENTRO OESTE DE MINAS LTDA – SICOOB CREDESP**

**TÍTULO I
DO OBJETIVO**

Art. 1º Este Regulamento Eleitoral tem como objetivo disciplinar a organização e a condução do processo eleitoral para preenchimento do cargo do Conselho de Administração, de forma complementar ao Estatuto Social e em consonância à legislação e regulamentação em vigor.

**TÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO GERAL DO PROCESSO ELEITORAL**

**CAPÍTULO I
Do Início do Processo Eleitoral**

Art. 2º A Comissão Eleitoral será constituída com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da Assembleia Geral Ordinária, na forma prevista no Capítulo II deste Título.

Art. 3º A Comissão Eleitoral, em até 10 (dez) dias após a sua constituição, encaminhará comunicado aos associados, divulgando o calendário eleitoral com todas as informações do processo eleitoral, dentre as quais:

- I. data, horário e local da votação previstos;
- II. prazo para registro de chapas/candidaturas;
- III. documentação exigida para os candidatos;
- IV. horário para entrega de documentos para o registro;
- V. data provável de nova eleição, em caso de empate entre os concorrentes.

Parágrafo único. Para garantir a efetiva publicidade do processo eleitoral, o comunicado disposto no *caput* estará afixado nos locais mais frequentados da Cooperativa, será disponibilizado no sítio eletrônico da Cooperativa e encaminhado, por meio físico ou digital, aos associados.

Art. 4º A Assembleia Geral Ordinária será convocada na forma do Estatuto Social e da legislação em vigor.

**CAPÍTULO II
Da Comissão Eleitoral**

Art. 5º O Conselho de Administração constituirá a Comissão Eleitoral, a qual se encarregará da organização e coordenação do processo eleitoral, bem como da realização dos exames dos pedidos de registro de chapas ou de candidaturas e da análise das impugnações.

Art. 6º A Comissão Eleitoral será composta por 2 (dois) membros, ambos associados ao Sicoob Credesp, entre os quais indicará um que presidirá a Comissão, e um Secretário, para o registro dos trabalhos.

Art. 7º Nenhum membro da Comissão Eleitoral poderá ser candidato a cargo eletivo.

Art. 8º A Comissão Eleitoral apresentará à Assembleia Geral, anteriormente à votação, o relato das atividades desempenhadas, os eventuais problemas identificados, as impugnações propostas e avaliadas, bem como os recursos porventura existentes para serem deliberados pela Assembleia Geral, nos termos do art. 27 deste Regulamento Eleitoral.

CAPÍTULO III

Do Processo de Divulgação das Eleições e Formação de Novos Líderes

Art. 9º Constituída a Comissão Eleitoral deverá ser iniciado procedimento de convocação de Associados interessados em participarem das Eleições devendo ser disponibilizado cursos de formação, a fim de que estes tomem conhecimento sobre as principais responsabilidades dos cargos em disputa.

Parágrafo único. Os cursos disponibilizados poderão ser realizados por qualquer Associado independentemente de interesse efetivo em participar do pleito eleitoral.

Art. 10 O Eixo de Governança deverá ficar à disposição para prestar todas as informações necessárias aos candidatos e Associados quanto ao pleito eleitoral.

Parágrafo único. O presente Regimento e a Política de Sucessões deverão ser publicados no site para que todos os Associados tenham conhecimento das normas que regulam a matéria.

Art. 11 Ao longo do processo eleitoral deverão ser disponibilizados nas redes sociais informações sobre o processo eleitoral, bem como convites para os Associados integram a administração da Cooperativa.

Art. 12 Considerará como uma das atividades do programa de formação de novas lideranças todos os cursos disponibilizados no período eleitoral e aberto aos Associados sem restrição à participação apenas a candidatos.

CAPÍTULO IV

Das Chapas para Eleição do Conselho de Administração

Seção I

Da Formação

Art. 13 O processo eleitoral para ocupação dos cargos do Conselho de Administração será realizado por meio do registro de chapas.

§ 1º Não haverá limite quanto ao número de chapas inscritas.

§ 2º As chapas serão compostas pelo número de candidatos para o Conselho de Administração, conforme disposto no Estatuto Social.

Seção II

Do Registro de Chapa

Art. 14 O pedido de registro de chapa para o Conselho de Administração será encaminhado formalmente à Diretoria Executiva (modelo – Anexo), no prazo indicado no comunicado citado no art. 3º deste Regulamento Eleitoral.

Art. 15. O pedido de registro de chapa deve ser assinado por todos os candidatos e endereçado, em duas vias, à sede da Cooperativa, devidamente acompanhado da documentação exigida para os candidatos.

§ 1º Será recusado o registro de chapas que não apresentarem os documentos exigidos no comunicado que rege o processo eleitoral.

§ 2º A Cooperativa manterá pessoa habilitada, com o apoio da Comissão Eleitoral para atender aos interessados, prestar informações concernentes ao processo eleitoral, receber a documentação e fornecer recibos.

Art. 16. Encerrado o prazo, os pedidos de registro de chapas/candidaturas serão lavrados em termo próprio, consignando, em ordem numérica de inscrição, todas as chapas e os nomes dos candidatos, entregando-o à Diretoria Executiva.

Art. 17. Um candidato somente poderá fazer parte de uma das chapas concorrentes, independentemente de qual órgão estatutário ao qual estiver concorrendo.

Art. 18. A Diretoria Executiva terá prazo de 1 (um) dia útil para encaminhar os pedidos de registro de chapas e a documentação dos candidatos ao coordenador da Comissão Eleitoral.

CAPÍTULO V

Dos Exames dos Pedidos de Registros de Chapas/Candidatos

Art. 19. A Comissão Eleitoral é responsável pelo exame dos pedidos de registro de chapas/candidatos e deve realizar, no mínimo, as seguintes atividades:

I. verificar se a documentação do pedido de registro de chapa ou de candidatura foi encaminhada no prazo fixado no comunicado no art. 3º deste Regulamento Eleitoral e na forma instruída neste Regulamento;

II. avaliar, por meio de declaração de inexistência de restrições, assinada pelo candidato, se este possui as condições básicas para candidatura ao cargo de conselheiro.

III. avaliar o currículo apresentado, a fim de que a Chapa seja composta pelo maior número possível de diversidade de capacitações e experiências, visando aquelas que podem contribuir com as atividades da Cooperativa, bem como eventual relevância manifestada pelo atual Conselho e Diretoria.

§ 1º A Comissão Eleitoral realizará os exames dispostos neste artigo e apresentará os resultados no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da documentação enviada pela Diretoria Executiva.

§ 2º Ao verificar que a documentação está incompleta ou apresenta falhas de formalização, o coordenador da Comissão Eleitoral notificará os representantes da chapa ou os candidatos para regularizarem a falha apontada, em até 2 (dois) dias úteis.

§ 3º Ao avaliar uma concentração de candidatos com a mesma especialização ou que, a chapa não possui a diversidade de candidatos com o perfil de relevância para a Cooperativa, a Comissão poderá chamar o representante e esclarecer a importância dessa observação.

§ 4º Considerando a necessidade de agregar mais valor em determinada área de atuação,

anteriormente à constituição da Comissão Eleitoral, o Conselho de Administração poderá nomear comitê provisório que deverá ser composto por Conselheiro Administrativo, Diretoria, Representante de Colaboradores e Representante de Associados para definirem de forma fundamentada o direcionamento de candidatos com determinada capacitação ou experiência.

§ 5º O disposto no inciso III não é critério de desaprovação de registro de chapa ou candidato, mas deverá ser critério de peso para a análise subjetiva do pedido de candidatura.

Art. 20. Todo o processo de análise pela Comissão Eleitoral será registrado por meio de atas de reunião, formalizadas e assinadas por todos os membros do grupo.

CAPÍTULO VI

Da Divulgação das Chapas/Candidaturas Inscritas

Art. 21. No prazo de até 2 (dois) dias úteis, a contar do encerramento do prazo de registro de chapas e/ou de candidaturas, a Comissão Eleitoral afixará nas dependências da Cooperativa/Central o Termo de Registro de Chapas/Candidaturas.

CAPÍTULO VII

Da Impugnação de Candidatura

Seção I

Do Prazo e das Condições

Art. 22. O prazo para impugnação de candidatura é de 5 (cinco) dias úteis, contados da afixação do Termo de Registro de Chapas/Candidaturas nas dependências da Cooperativa.

Art. 23. A impugnação será proposta por meio de requerimento fundamentado, dirigido ao Coordenador da Comissão Eleitoral, que protocolará o requerimento e o encaminhará para análise da Comissão Eleitoral.

Art. 24. A Comissão Eleitoral lavrará o respectivo termo de encerramento do prazo de impugnação, consignando as impugnações propostas e destacando nominalmente os impugnantes e os candidatos impugnados.

Seção II

Do Exame

Art. 25. A Comissão Eleitoral decidirá sobre a procedência, ou não, da impugnação, por meio da análise do requerimento protocolado e do reexame da candidatura, em até 2 (dois) dias corridos antes da realização da eleição.

Art. 26. A Comissão Eleitoral comunicará a decisão a todos os interessados e, caso a impugnação seja procedente, notificará o responsável da chapa para providenciar a substituição do candidato impugnado.

Seção III

Interposição de Recurso

Art. 27. O candidato impugnado poderá contestar a impugnação, por meio da interposição de recurso, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da notificação, ao Coordenador da Comissão Eleitoral, que encaminhará o recurso para análise e deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

Art. 28. O recurso deverá ser instruído com requerimento em duas vias, transcrevendo as razões de fato e de direito e com os devidos documentos comprobatórios.

Art. 29. A Assembleia Geral Ordinária, previamente à votação, julgará o recurso interposto, como última instância, e decidirá com base nos fundamentos fáticos e legais sobre o caso, permitindo ou proibindo a participação do candidato impugnado na eleição.

CAPÍTULO VIII

Da Renúncia da Candidatura

Art. 30. Não será considerada a renúncia de qualquer candidato antes da eleição.

Art. 31. No caso do Conselho de Administração, se ocorrer o falecimento de um candidato, a chapa poderá substituí-lo por meio de pedido formal, com antecedência de até 5 (cinco) horas do início da Assembleia Geral para eleição.

TÍTULO III

DA CONDUÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL

CAPÍTULO I

Da Cédula e Local de Votação

Art. 32. A cédula de votação apresentará o nome dos candidatos e, à frente dos nomes, um retângulo para que possa ser assinalado o voto.

Art. 33. A cédula de votação será confeccionada em papel branco, opaco, pouco absorvente, em tinta preta e tipos uniformes, que ao ser dobrada resguardará o sigilo de voto, sem que seja necessária a utilização de cola para fechá-la.

Art. 34. As cédulas deverão apresentar a rubrica dos membros da Mesa Coletora de Votos, para que se possa garantir a veracidade da cédula.

Art. 35. A urna de votação deverá ser inviolável e suficientemente ampla para comportar as cédulas de votação à medida que forem sendo introduzidas.

Art. 36. A cabine de votação será privada para o ato de votar.

Art. 37. Quando houver a inscrição de apenas uma chapa, a Assembleia Geral poderá optar pela votação aberta.

CAPÍTULO II

DA COLETA DOS VOTOS

Art. 38. O Presidente da Assembleia Geral nomeará um Presidente e um coordenador para compor a Mesa Coletora de Votos, e os candidatos indicarão os mesários.

Parágrafo único. A critério do Presidente da Assembleia Geral, a presidência e a coordenação da Mesa Coletora de Votos poderão ficar sob a responsabilidade da Comissão Eleitoral.

Art. 39. Os candidatos poderão indicar um representante para trabalhar como fiscal dos trabalhos de eleição.

Art. 40. Todos os candidatos deverão estar presentes no ato de abertura da votação, durante a coleta dos votos e no encerramento da eleição, salvo motivo de força maior.

Art. 41. Não comparecendo o coordenador da Mesa Coletora de Votos até 15 (quinze) minutos antes da hora determinada para início da votação, assumirá a coordenação o primeiro mesário e, na falta ou impedimento deste, o segundo mesário, e assim sucessivamente.

Art. 42. Não comparecendo os membros da Mesa ou sendo estes em número inferior a 4 (quatro), o Presidente da Mesa Coletora de Votos solicitará que o Presidente da Assembleia Geral indique, entre os associados (ou delegados, quando for o caso) presentes, a quantidade de pessoas necessárias para compor a Mesa.

Art. 43. Nenhuma pessoa estranha à direção da Mesa Coletora de Votos poderá intervir durante os trabalhos de votação.

Art. 44. Encerrados os trabalhos de votação, a urna será lacrada e rubricada pelos fiscais.

Art. 45. O coordenador da Mesa entregará ao presidente da Mesa Apuradora dos Votos, mediante recibo, todo o material utilizado durante a votação.

CAPÍTULO III **Da Apuração dos Votos**

Art. 46. A apuração dos votos será instalada imediatamente após o encerramento da votação.

Art. 47. Finda a apuração, os componentes da Mesa Apuradora dos Votos farão lavrar a ata dos trabalhos eleitorais, a qual deverá mencionar obrigatoriamente:

- I. local, dia e hora de abertura e encerramento dos trabalhos;
- II. resultado da urna apurada, especificando:
 - a) número de associados com direito a voto;
 - b) cédulas apuradas;
 - c) votos atribuídos a cada candidato registrado;
 - d) votos em branco;
 - e) votos nulos;
 - f) número total de associados que votaram;
 - g) resultado geral da apuração;
 - h) resumo de eventuais protestos;
 - i) proclamação dos eleitos.

Art. 48. A fim de assegurar eventual recontagem de votos, as cédulas apuradas permanecerão sob a guarda dos componentes da Mesa Apuradora dos Votos pelo prazo de 4 (quatro) anos.

CAPÍTULO IV **Da Declaração dos Eleitos**

Art. 49. Será considerada vencedora a chapa ou os candidatos que alcançar a maioria de votos válidos dos associados.

Art. 50. Havendo empate, deverá ser realizada nova Assembleia Geral no prazo indicado no comunicado citado no art. 3º deste Regulamento Eleitoral.

TÍTULO IV **DO PROCESSO ELEITORAL SEMIPRESENCIAL OU A DISTÂNCIA**

Art. 51. O processo eleitoral para preenchimento do cargo do Conselho de Administração poderá ser realizado de forma semipresencial ou a distância, nos termos dos normativos sistêmicos e internos da Cooperativa e da legislação e regulamentação em vigor.

Parágrafo único. No caso de adoção do processo eleitoral semipresencial ou a distância, a Cooperativa divulgará todas as informações e detalhes no comunicado citado no art. 3º deste Regulamento.

TÍTULO V **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 52. Casos omissos neste Regulamento, que possam impactar significativamente o processo eleitoral, deverão ser apreciados pela Assembleia Geral.

Art. 53. Este Regulamento foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 18 de abril de 2024 e entra em vigor na data de publicação.

Bom Despacho, 18 de abril de 2024.

Rogério Heitor Andrade
Diretor de Riscos e Controles

Ronaldo Tavares Gontijo
Diretor Administrativo

Sávio Ribeiro Araújo
Diretor de Negócios

Anexo

Modelo de requerimento de registro de chapa/candidatura



À
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão União Centro Oeste de Minas Ltda
Diretoria Executiva
Bom Despacho/MG

Assunto: Requerimento de registro de chapa/candidatura.

1. Referimo-nos ao assunto em epígrafe para requerer o registro da chapa/candidatura para o Conselho de Administração do SICOOB CREDESP, composta pelos seguintes candidatos:

- a) _____ (nome do candidato) – Presidente;
- b) _____ (nome do candidato) – Secretário;
- c) _____ (nome do candidato) – Conselheiro vogal;
- d) _____ (nome do candidato) – Conselheiro vogal;
- e) _____ (nome do candidato) – Conselheiro vogal;
- f) _____ (nome do candidato) – Conselheiro vogal;
- g) _____ (nome do candidato) – Conselheiro vogal;

2. Apresentamos, anexados, os documentos dos candidatos inscritos requisitados na regulamentação aplicável, bem como as informações relacionadas a seguir:

- a) _____ (nome completo do candidato): telefone e endereço eletrônico;
- b) _____ (nome completo do candidato), telefone e endereço eletrônico;
- c) _____ (nome completo do candidato): telefone e endereço eletrônico;
- d) _____ (nome completo do candidato): telefone e endereço eletrônico;
- e) _____ (nome completo do candidato): telefone e endereço eletrônico.

3. Finalizando, mantemo-nos à disposição para oferecer outras informações julgadas necessárias para o exame do pleito.

----- (UF), _____ de _____.

Atenciosamente,

(nome e assinatura de todos os inscritos na chapa/candidatos)